

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2025.

Ao

**Município de Itaboraí**

A/C

Ilmo. Pregoeiro

**REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2025 PMI**

**PROC. SEI Nº 0004.0004282025-89**

**HELICIO KRONBERG**, leiloeiro público oficial devidamente matriculado perante a JUCERJA sob o nº 299, inscrito no CPF 085.187.848-24, com escritório estabelecido à Rua da Passagem nº 78, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, CEP: 22290-030, e-mail [hirlene@kronbergleiloes.com.br](mailto:hirlene@kronbergleiloes.com.br), vem tempestivamente, com fulcro no art.168, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

**CONTRARRAZÕES**

Face ao Recurso interposto pelo licitante JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO, com base nas razões de fato e direito a seguir expostas:

**1. SÍNTESE FÁTICA.**

Em síntese, temos que o processo licitatório tem por objeto a prestação de serviços de leiloeiro oficial matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro para realização de leilões de bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Itaboraí.



A licitação na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO (**MENOR PERCENTUAL**) realizado por intermédio do sítio eletrônico <https://bnc.org.br/>, Bolsa Nacional de Compras.

Nesse sentido, importante salientar, que o critério de julgamento estabelecido no edital foi MENOR PERCENTUAL, aferido da comissão a ser paga pelo arrematante, sendo no mínimo 0,1% e máximo 5%, conforme item 15.1.1 e em errata publicada em 22/09/2025.

Durante o tempo de publicação do edital, como é de direito de todo cidadão e previsto no instrumento convocatório no item 2., alguns pedidos de esclarecimentos e impugnações, foram feitos, inclusive, pelo o ora recorrente, todos respondidos e publicados no portal BNC, tempestivamente.

#### OBSERVAÇÃO

O processo será sobre a redução da taxa do leiloeiro onde os lances ocorrerão de forma decrescente. Percentual máximo de 5% e o mínimo de 0,1%, conforme item 11.5.1 do Edital. Para maiores informações: [licitacaoesclarecimentos@itaborai.rj.gov.br](mailto:licitacaoesclarecimentos@itaborai.rj.gov.br)

22/09/2025 16:05:23 MENSAGEM PREGOEIRO

ERRATA DE EDITAL

ONDE SE LÊ:

11.5.1. Em razão do disposto no Decreto 21.981/32, o percentual máximo fixado no certame como taxa de comissão a ser paga pela Administração (comitente) será de 5% (cinco por cento). O percentual de desconto aceitável da taxa será de, no mínimo, 0,1% (zero virgula um) até 5% (cinco) por cento. Não será aceito percentual negativo.

22/09/2025 16:05:48 MENSAGEM PREGOEIRO

LEIA-SE:

11.5.1. Em razão do disposto no Decreto 21.981/32, o percentual máximo fixado no certame como taxa de comissão a ser paga pelo arrematante será de 5% (cinco por cento). O percentual de desconto aceitável da taxa será de, no mínimo, 0,1% (zero virgula um) até 5% (cinco) por cento. Não será aceito percentual negativo.

Cabe ressaltar que, para que não restasse qualquer dúvida, o pregoeiro, de forma extremamente didática e elucidativa, publicou esclarecimento sobre a forma de lançamento de proposta no portal:

26/09/2025 15:40:11 RESPOSTA DE ESCLARECIMENTO PREGOEIRO

Conforme informado no campo "observação" do Pregão Eletrônico nº 90043/2025, o processo será sobre a redução da taxa do leiloeiro, onde os lances ocorrerão de forma decrescente. Percentual máximo de 5% e o mínimo de 0,1%, conforme item 11.5.1 do Edital, ou seja, os lances devem ser correspondentes a taxa que será cobrada pelo licitante (leiloeiro). No exemplo prático apresentado, para que o leiloeiro esteja abrindo mão de 0,01% dos 5% a serem cobrados do arrematante, o licitante (leiloeiro) deverá então apresentar a sua proposta no percentual de 4,99%.



Ou seja, caso o leiloeiro, seguindo o raciocínio do esclarecimento do pregoeiro, não quisesse abrir mão de nenhum percentual de sua comissão (5% paga pelo arrematante), este deveria lançar o valor de 5,00 na plataforma.

Nesse sentido, pela proposta lançada pelo recorrente, este abriria mão de 4,99% de sua comissão, recebendo apenas o valor de 0,01%, o que incontestavelmente é inexequível. Ora, se por esclarecimento, foi deixado claro que o pregão aconteceria pela redução da comissão do leiloeiro, ao lançar 0,1, o licitante inicialmente lançou o valor mínimo permitido.

Dessa forma, após abertas as propostas, verificou-se a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SANDRA REGINA SEVIDANES	819	741.875.207-59	0,10	0,10		Não
2 JULIANA VETTORAZZO RODRIGUES	840	099.340.807-96	0,10	0,10	0,00	Não
3 EDGAR DE CARVALHO JUNIOR	268	100.568.587-87	0,10	0,10	0,00	Não
4 JOÃO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO	291	359.957.857-53	0,10	0,10	0,00	Não
5 JULIANA SEVIDANES DE ARAÚJO	299	121.169.427-56	0,10	0,10	0,00	Não
6 GEILSON ALMEIDA DE ANDRADE	266	109.358.127-17	10,00	1,20	1100,00	Não
7 GABRIEL COSTA MENDES DA SILVA	051	123.344.467-00	10,00	1,50	25,00	Não
8 ALEXANDRO DA SILVA LACERDA	003	042.440.677-28	10,00	2,00	33,33	Não
9 RUAM CARLOS CHAVES GOTARDO	067	163.053.507-95	4,90	4,90	145,00	Não
10 HELCIO KRONBERG	253	085.187.848-24	5,00	5,00	2,04	Não
11 LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA	780	014.721.886-16	5,00	5,00	0,00	Não
12 JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA	662	065.132.226-05	5,00	5,00	0,00	Não
13 FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO	818	039.167.186-30	5,00	5,00	0,00	Não
14 DANIEL ELIAS GARCIA	777	910.192.149-53	5,00	5,00	0,00	Não

Ainda assim, o pregoeiro oportunizou a todos os licitantes, demonstrarem a exequibilidade da proposta, que não foi demonstrada por nenhum dos licitantes, que ao contrário, tentaram responsabilizar o pregoeiro por seus próprios erros na interpretação, ou não observação dos pedidos de esclarecimentos, que na sua maioria foi feita pelos mesmos.

Ato contínuo, verificadas desclassificações por não atendimento ao edital, tanto no que diz respeito a exequibilidade da proposta, quanto por não atendimento aos requisitos de habilitação, o licitante Helcio Kronberg, convocado, atendeu todos os requisitos, tanto de exequibilidade de proposta, quanto de habilitação.

Irresignado com o resultado do pregão, manifestou o Sr. João Emilio de Oliveira Filho, a intenção de recurso, vindo consolidar suas razões recursais, direcionadas ao pregoeiro, as quais neste momento serão apresentadas as contrarrazões recursais, em sede administrativa.



## **2. DAS CONTRARRAZÕES.**

### **2.1. Mérito. Ausência de ilegalidade. Vinculação as regras do edital.**

Inicialmente, é importante ressaltar o processo licitatório deve cumprir os princípios contidos na Lei de Licitações, contidas no art. 5º, o que foi perfeitamente observado no processo em questão.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade**, da **impressoalidade**, da **moralidade**, da **publicidade**, da **eficiência**, do **interesse público**, da probidade administrativa, da **igualdade**, do planejamento, da **transparência**, da **eficácia**, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital**, do **juízo objetivo**, da **segurança jurídica**, da razoabilidade, da **competitividade**, da **proporcionalidade**, da **celeridade**, da **economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#). (grifamos)

Ademais, cabe reforçar que o licitante tem a responsabilidade de leitura, acompanhamento e formulação adequada de proposta, não devendo assim, responsabilizar outrem por qualquer erro de interpretação, sendo que está estritamente vinculado ao edital.

10.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.7 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

2.8. Os Licitantes deverão acompanhar todas as publicações referentes a este certame junto  
2/22

ao Portal da Transparência do Município e no portal BNC, não lhes sendo permitida a alegação de desconhecimento de qualquer ato público como justificativa pela perda de prazos ou descumprimento de obrigação decorrente de sua condição de licitante.



Em sua petição alega o recorrente que, após desclassificação indevida dos demais licitantes, o licitante Helcio Kronberg, teria apresentado proposta inexequível nos termos do art. 5º caput e incisos I e II da Lei nº 14.133/2021.

A proposta deste licitante, refletiu sua intenção de receber 5% de comissão do arrematante, não sendo ofertado nenhum desconto a comissão legal prevista na lei, enquanto que todas as demais propostas, anteriormente desclassificadas, apresentaram indícios de inexequibilidade, inclusive a do recorrente.

No entanto, em rasa síntese, não demonstra seus argumentos, visto que todos os esclarecimentos possíveis, foram devidamente publicados, de forma tempestiva e inequívoca.

Em assim sendo, ao analisar a respectiva proposta e documentação deste licitante, o pregoeiro agiu de forma lícita ao respeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao passo que constatou a regularidade e o cumprimento da legislação, motivo pelo qual declarou este leiloeiro como vencedor.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a Administração, assim como os licitantes, não podem descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acham estritamente vinculados.

Dessa forma, em suas contrarrazões o declarado vencedor expõe que:

- O licitante participou de processo licitatório que atendeu todos os princípios constitucionais norteadores do direito administrativo;
- O licitante teve sua proposta corretamente formulada, conforme as previsões editalícias e demais esclarecimentos relativos ao processo
- A documentação do licitante declarado aceito e habilitado foi analisada pela comissão de licitação que escorada nos princípios da legalidade, razoabilidade, isonomia, constatou o atendimento as exigências do edital para o bom e fiel cumprimento do serviço ora contratado.
- Meros inconformismos não são suficientes para demonstrar a ilegalidade dos atos realizados pelo pregoeiro em suas decisões.



### 3. DOS PEDIDOS.

Requer-se seja improvido o recurso apresentado pelo licitante João Emílio de Oliveira Filho, com a consequente adjudicação e homologação do certame para o licitante Helcio Kronberg por ser medida de justiça e legalidade.

**HELCIO KRONBERG**  
*Leiloeiro Público Oficial*

